

SURDEZ E EDUCAÇÃO: A QUESTÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS SURDOS EM CURSOS EAD

Allisson Roberto Isidorio - Universidade Federal de Juiz de Fora, allisson.prof@gmail.com

Gabriel Silva Nascimento - Instituto Federal do Espírito Santo, tilgabriel@gmail.com

RESUMO

Pensar a educação de surdos na atualidade constitui um dos grandes tópicos de discussão no âmbito da Educação a partir das novas políticas inclusivas, ações afirmativas regidas por dispositivos legais e movimentos que tencionam a democratização do ensino. Nesse contexto de democratização por vias da acessibilidade, a Educação a Distância desponta como um caminho possível de inclusão para surdos por abarcar novas formas de produção e difusão de conhecimento atreladas a ferramentas e recursos de tecnologias educacionais e comunicacionais que seriam determinantes para superação das barreiras linguísticas e de aprendizagem dos surdos. Assumindo um método qualitativo de pesquisa, este trabalho parte de uma análise bibliográfica documental apresentando dados que evidenciam o quantitativo crescente de alunos surdos matriculados em cursos EaD na última década e, a partir deles iniciar uma discussão acerca dos fatores motivadores desse aumento, entraves e possibilidades para o ensino de surdos nos ambientes virtuais. Os dados nos permitem depreender que, para além das questões de acessibilidade comumente associadas a Libras e das tecnologias presentes na EaD, as dificuldades com metodologia, disposição de conteúdos são apontadas como fatores determinantes no acesso e permanência de alunos surdos em cursos de modalidade a distância.

Palavras-chave: educação a distância, educação de Surdos, acesso e permanência, acessibilidade.

1. INTRODUÇÃO

O início formal da Educação a Distância é registrado na década de 90, entretanto, há indícios que remontam sua origem desde o começo do século XX, quando se estabelecia por meios de correspondências, rádio, televisão até a expansão da internet, tornando-a o que conhecemos atualmente (ALMEIDA, 2003).

Paralelamente, outros fenômenos relevantes tomavam forma na área de políticas públicas educacionais, dentre eles o movimento pela inclusão de pessoas com deficiência nos estabelecimentos de ensino. Como fruto significativo dele, podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases (nº 9394/1996), através da qual se estabeleceu que escolarização de pessoas com deficiência deveria ser preferencialmente nos estabelecimentos de ensino regular, provocando intensas discussões acerca da consolidação dessa nova política em consideração aos problemas já evidentes no sistema educacional regular (BEYER, 2003). Assim, a acessibilidade e a inclusão entram na pauta dos debates sobre acesso e permanência na educação básica e também no ensino superior.

Naturalmente, como reflexo dessas novas políticas de ações afirmativas o número de alunos surdos, também público alvo das políticas de educação especial, matriculados em cursos, especialmente de graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância, passa a ser a cada ano mais crescente impactando o modo de conceber essas modalidades de ensino.

No entanto, a questão da permanência especialmente no ensino superior, ainda constitui um paradigma. Isto porque alguns dos entraves que dificultam a aprendizagem de alunos surdos ao longo da educação básica, adquirem novas proporções na educação superior em que o volume de informações e produções é ainda mais intenso e demanda maior autonomia.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar a educação a distância em sua potência para democratização do ensino a despeito da condição auditiva, considerando os recursos tecnológicos em consonância como novas possibilidades metodológicas e buscando caminhos que possam permitir aos surdos o acesso à educação, valendo-se dos recursos presentes na EaD para superar as diferenças linguísticas e lacunas de informação oriundas da ausência de metodologias específicas para o ensino da língua escrita para surdos e pelo acesso tardio a língua de sinais (NASCIMENTO, 2017).

2. OBJETIVOS

Evidenciar aumento de alunos surdos matriculados em cursos EaD refletindo acerca dos entraves e possibilidades de ensino aprendizagem direcionados a esse público nessa modalidade de ensino.

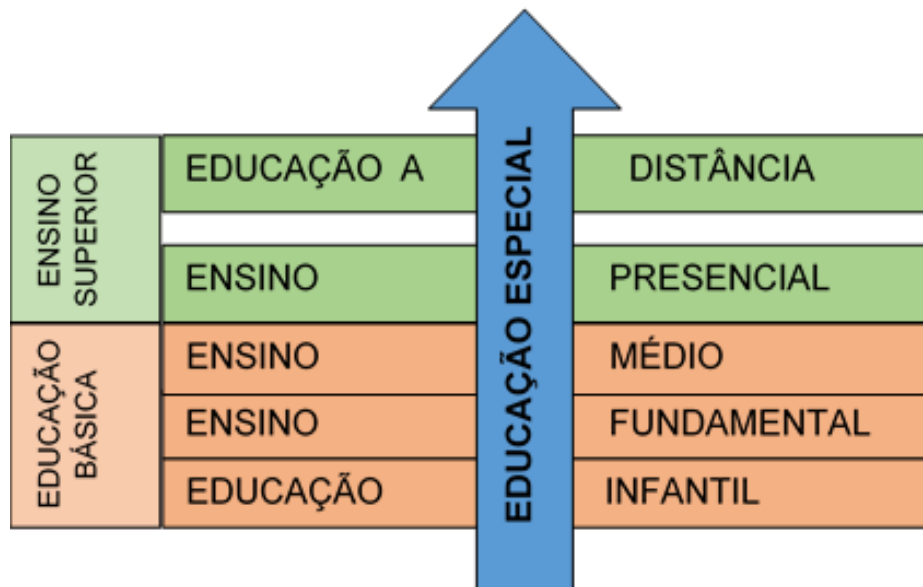
3. REFERENCIAL TEÓRICO

O início da educação de surdos no Brasil começa no período imperial com a criação do Instituto de Educação de Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com o fim da monarquia e início da república, os movimentos sociais são impulsionados, como consequência disso, na educação as expressões “Educação Especial” e “Educação Inclusiva” ganham força entre as novas políticas-pedagógicas, fomentando o surgimento de documentos oficiais que respaldam a escolarização de pessoas com deficiência (GARCIA, 2004).

Dentre as legislações, destacam-se; a *Política Nacional de Educação Especial* (1994); a LDB (nº 9394/96); o Decreto nº3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre a *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*; *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* (2001). Como política direta para surdos, é publicada a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma natural de comunicação dos surdos brasileiros, mais tarde, o Decreto nº 5626/2005 que regulamenta esta lei e orienta quanto a formação dos profissionais que irão atuar na educação dos surdos.

A atual concepção de transversalidade da educação especial parte dos ideais destas legislações dentre outros documentos que a inserem ao longo do processo de escolarização no Brasil, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1. Demonstração dos níveis de ensino no Brasil, por tipo e organização.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Ao longo desse processo, a Educação a Distância desponta como possibilidade abrangente e democrática, também para o público alvo da educação especial, por abarcar ferramentas tecnológicas diversas e ampliar o acesso a despeito das barreiras geográficas.

Pretto e Lapa (2010) apontam que esta modalidade de ensino é a principal aposta do Ministério da Educação (MEC) para sanar a falta e melhora da formação docente, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), implementada em 2006 (Decreto nº 5800). Neste sentido, as duas modalidades evoluem paralelamente e em certos momentos se entrelaçam; ora na garantia de direitos ao acesso à educação, ora no fortalecimento da qualidade do ensino para pessoas com deficiência. Com isso, acreditamos ser importante investigar as inter-relações entre a EaD e as propostas atuais de educação para surdos.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

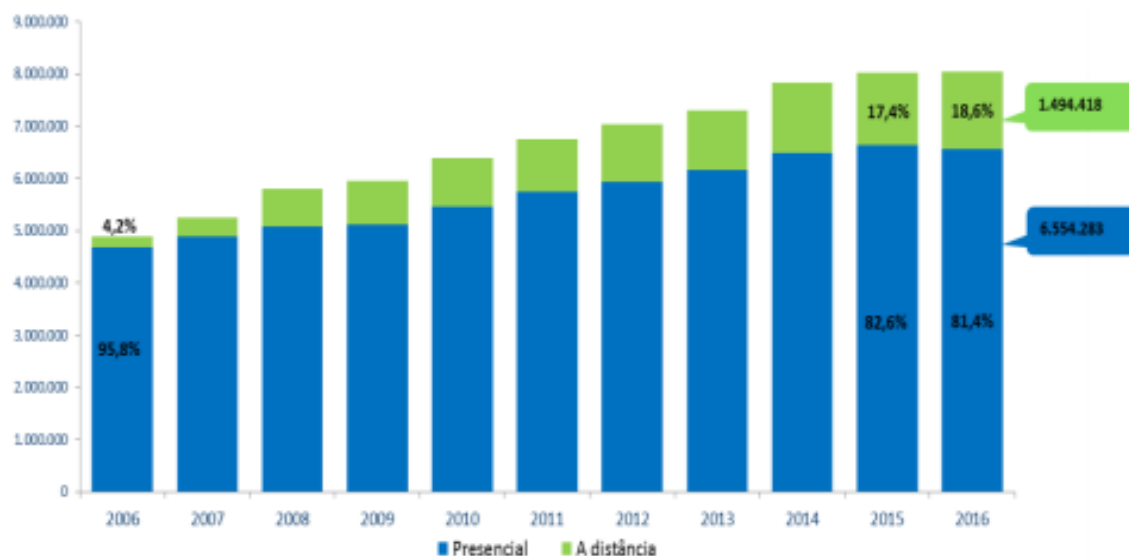
Ao longo desta pesquisa, partimos da análise bibliográfica e documental como caminho para coleta dos dados que embasam nossas discussões, o que caracteriza esta pesquisa como qualitativa, pois, embora apresentemos dados estatísticos, os utilizamos para discutir os possíveis impactos deles na educação de surdos, bem como os fatores motivadores que propiciam esse crescimento de matrícula em cursos a distância. O levantamento inicial foi realizado na base de dados do CNPQ e no Google Acadêmico utilizando como descritores: surdos, EaD, dificuldades, inclusão. Os documentos com dados estatísticos foram encontrados em páginas administradas pelo governo federal e pesquisas censitárias. A partir daí, buscamos um diálogo com pesquisadores da Educação de Surdos e Educação a Distância para pensarmos a acessibilidade dos surdos nessa nova modalidade de ensino.

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

Considerando Censo Escolar da Educação Superior (2016), é possível constatar que às matrículas em cursos de graduação presenciais caíram cerca de 3,7%, em relação aos dois anos anteriores. Por outro lado, a mesma pesquisa evidencia que as matrículas em cursos superiores a distância aumentou 2,2%, com o crescimento significativo de 20% no intervalo de dois anos.

Se tomarmos o período entre 2006 a 2016 para análises, os números são ainda mais expressivos. Enquanto o número de alunos em cursos presenciais aumentou neste período 22,2%, o quantitativo de alunos em cursos a distância aumentou quatro vezes mais, cerca de 297,3% (BRASIL, 2016). Conforme pode-se observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1. Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino, entre 2006-2016.



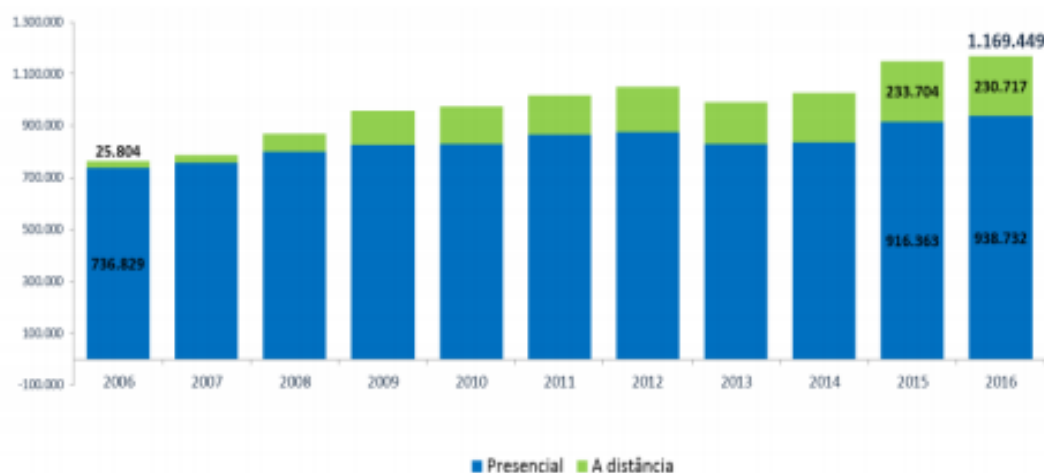
Fonte: Censo Escolar da Educação Superior (BRASIL, 2016).

Considerando que desde sua regulamentação em 2006 a EaD ainda é alvo de críticas vista por alguns como modalidade de menor valor ou de “subcategoria”, os dados nos provocam uma reflexão urgente acerca dos fatores que poderiam na contramão das críticas motivar esse aumento considerável.

Naturalmente, a EaD também enfrenta desafios em sua consolidação. Bueno e Soares (2014) nos narram alguns deles como dificuldade em adaptação dos alunos, metodologias presas ao modelo presencial, resistência entre profissionais, mesmo os que nela atuam e alto índice de evasão.

Sobre este último, apesar de o índice ser considerável, o número de concluintes ao longo da década analisada continua sendo superado, conforme nos mostra o gráfico:

Gráfico 2. Número de concluintes em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil – 2006-2016.



Fonte: Censo Escolar da Educação Superior (BRASIL, 2016).

Retomando os reflexos da EaD na Educação de Surdos, o resumo técnico da Educação Superior (2015) traz o número de matrículas de estudantes surdos (5.354) e deficientes auditivos (1.649), totalizando 7.003 alunos. Se comparado com o ano de 2003 que eram apenas 665 surdos, observamos um aumento de 1.053% no percentual de matrículas em cursos de graduação. Entretanto, o número de concluintes surdos e deficientes auditivos somavam 1.275, ou seja, as diferenças de ingressos para egressos totalizam 5.728 desistências (BRASIL, 2003; BRASIL, 2015).

Grande parte dessas desistências está diretamente relacionada às questões de acessibilidade. Assim, diversos pesquisadores têm buscado soluções em acessibilidade na Educação a Distância. Silva; Lückman; Wilbert (2011) demonstram possibilidades de acessibilidade em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), tais como: tradução por meio de avatares, conteúdos em Libras, legendas, dicionários, textos em diferentes formatos, imagens estáticas e em animação e vídeos.

Isto porque, a legislação voltada para educação de surdos sofreu poucos avanços ao longo dessa última década e questões como formação de tradutores e intérpretes e professores bilíngues ainda não foram consolidadas e o número de profissionais capacitados não é ainda suficiente para suprir a demanda. Além disso, é preciso considerar que a acessibilidade para surdos não se dá apenas através da Libras ou na presença de tradutores e intérpretes, envolve metodologias específicas pautadas no canal visual e acesso e uso da língua escrita.

Pensando nisso, Corradi (2007) no intuito de apontar melhorias no AVA entrevistou alunos surdos que sugeriram elementos diversos que poderiam contribuir para superar essas barreiras como; o uso de imagens, vídeos traduzidos para Libras; textos em hipermídia e maior dinamicidade de navegação no ambiente virtual.

Esses recursos poderiam minar substancialmente as dificuldades listadas por alguns surdos nos ambientes virtuais, tais como; materiais com textos extensos, sem qualquer ou pouca utilização da Libras e pouco uso de recursos visuais, dificuldades na organização das “salas”, pois na maioria das vezes estão dispostas em tópicos longos, dificultando a busca por informações (FLOR *et. al.*, 2015).

Curiosamente os problemas enfrentados pelos surdos que optam pelo ensino a distância não são uma particularidade apenas deles, os alunos ouvintes apontaram obstáculos semelhantes. Logo, é importante que profissionais envolvidos na educação a distância estejam atentos a esses pontos.

6. CONCLUSÃO

As discussões que tangenciam a Educação a Distância foram impulsionadas pelas novas tecnologias, cujo acesso se tornou mais abrangente na última década. Da mesma forma os movimentos em prol da democratização do ensino

e da acessibilidade endossam a EaD como caminho possível no acesso a formação educacional em diversos níveis.

Em se tratando dos Surdos, o número restrito de profissionais qualificados na educação presencial e as restrições impostas pelas barreiras geográficas, especialmente para os surdos que vivem longe dos grandes centros urbanos se constitui em um fator atrativo para escolha da EaD, cujas ferramentas tecnológicas possibilitam maior facilidade no desenvolvimento de materiais e metodologias visuais e emprego da Libras pela janela com tradução em Libras e tradutores automáticos e dicionários de modo complementar.

Ainda assim, os depoimentos revelam que grande parte dos fatores que desmotivam a permanência e conclusão nos cursos a distância por alunos surdos não se resume a acessibilidade, mas de modo semelhante aos apontamentos dos ouvintes, estão relacionados a metodologia empregada, a organização e disposição dos conteúdos, excesso de leitura e falta de objetividade nos materiais disponibilizados e que frequentemente parecem estar presos a metodologias empregadas nos modelos presenciais de ensino.

Dessa forma, faz-se necessário, em resposta a estatística e crescimento da EaD no Brasil como modalidade consolidada de ensino, refletir acerca desses dados e pensar formas outras de assegurar a permanência de alunos Surdos e ouvintes através de metodologias e recursos que atuem como potências motivadoras nessa modalidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 2, p. 327-340, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2>> Acesso em 21 jan. 2018.

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003, p. 13-44. Disponível em

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5003/3032>> Acesso em 01 maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Superior - 2016**. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf> Acesso em 20 maio de 2018.

BUENO, J. A. R.; SOARES, Marly Catarina. Educação a distância: democratização, expansão e interiorização do conhecimento no Brasil. **SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância**, 2014. Disponível <<http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/722/206>> Acesso em: 14 maio de 2018.

CORRADI, J. A. M. **Ambientes informacionais digitais e usuários Surdos: questões de acessibilidade**. 214 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2007. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93697>> Acesso em: 12 maio de 2018.

FLOR, C. da S.; SAITO, D. S.; PIVETTA, E. M.; ULBRICHT, V. R.; VANZIN, T. Acessibilidade do Moodle para surdos: abordagem dos discursos de surdos e ouvintes. **Transinformação**, v. 27, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3843/384351520005/>> Acesso: 10 maio de 2015.

GARCIA, R. M. C. Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil. **Reunião Anual da Anped**, v. 27, p. 1-17, 2004. Disponível em <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t1510.pdf>> Acesso em: 20 maio de 2018.

LAPA, A.; PRETTO, Nelson. de L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em Aberto**, v. 23, n. 84, 2010. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2263/2230>> Acesso em: 20 maio de 2018.

NASCIMENTO, G. S. Experiências e desafios no ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para Surdos. **IV Congresso Regional de Formação e Educação a Distância**, 2017. Vitória. Disponível em <http://ocs.ifes.edu.br/index.php/Cefor_IVConcefor/concefor4/paper/view/3273> Acesso em 20 de maio de 2018.

SILVA, R. A. da; LÜCKMAN, A. P.; WILBERT, J. W. Acessibilidade de AVAs para o usuário PNEE: uma visão introdutória. **Revista ACB**, v. 16, n. 1, p. 217-233, 2011. Disponível em <http://www.revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewFile/738/pdf_57> Acesso em: 08 maio de 2018.